



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

## ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

### CHÁCARA BOA ESPERANÇA



**DATA DA AÇÃO:** 26/07/2016

**LOCAL:** Porto Velho/RO

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS:** S -9.786 e W -66.356

**ATIVIDADE:** Criação de gado leiteiro

**OPERAÇÃO:** 02/2016

**NÚMERO SISACTE:** 2433





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

ÍNDICE

- A) EQUIPE
- B) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR
- C) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO
- D) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS
- E) LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA
- F) DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS E DAS INFORMAÇÕES COLHIDAS
- G) CONCLUSÃO
- H) ANEXOS
  - A1. Autos de Infração
  - A2. Notificação para Cumprimento de Registro de Empregado (NCRE)
  - A3. Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social (NDFC)
  - A4. Levantamento de Verbas Salariais, Fundiárias e Previdenciárias.

A) EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO



POLÍCIA FEDERAL





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**B) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR**

**Empregador:** [REDACTED]

**Estabelecimento:** Chácara Boa Esperança, conhecida também como "Sítio do Mineiro"

**CPF:** [REDACTED]

**CNAE:** 0151-2/02 (criação de bovinos para leite)

**Endereço do estabelecimento:** A propriedade fica localizada ao final da Rua Campo Grande, coordenadas geográficas da porteira S -9.786 W -66.356, Distrito de Extrema, Porto Velho/RO. A Rua Campo Grande é a mesma da Escola Treze de Maio e o seu acesso se dá pela Rodovia BR-364, nas coordenadas geográficas S-9.771 W-66.356.

**C) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO**

<b>EMPREGADOS ALCANÇADOS</b> <i>Homens: 01 Mulheres: 00 Menores: 00</i>	<b>01</b>
<b>EMPREGADOS REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL</b> <i>Homens: 00 Mulheres: 00 Menores: 00</i>	<b>00</b>
<b>TOTAL DE TRABALHADORES RESGATADOS</b>	<b>00</b>
<b>NÚMERO DE MULHERES RESGATADAS</b>	<b>00</b>
<b>NÚMERO DE MENORES RESGATADOS</b>	<b>00</b>
<b>NÚMERO DE ESTRANGEIROS RESGATADOS</b>	<b>00</b>
<b>VALOR BRUTO RECEBIDO NA RESCISÃO</b>	<b>Não houve</b>
<b>VALOR LÍQUIDO RECEBIDO NA RESCISÃO</b>	<b>Não houve</b>
<b>VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO (TAC/MPT)</b>	<b>Não houve</b>
<b>NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS</b>	<b>04</b>



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

TERMOS DE INTERDIÇÃO LAVRADOS	00
GUIAS SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS	00
NÚMERO DE CTPS EMITIDAS	00
NOTIFICAÇÕES PARA CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS	00

**D) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS**

Relação com indicação, respectivamente, de: número do auto de infração lavrado, número da ementa e descrição da ementa (capitulação):

1 210031433 0000108 Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. (Art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho);

2 210031646 0000019 Admitir empregado que não possua CTPS. (Art. 13, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho);

3 210483601 0016535 Deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a admissão de empregado, no prazo estipulado em notificação para comprovação do registro do empregado lavrada em ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho (Art. 24 da Lei nº 7.998, de 11/01/1990, combinado com art. 6º, inciso II da Portaria nº 1.129, de 23/07/14, do Ministro do Trabalho e Emprego);

4 210447478 0009784 Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS. (Art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990).

**E) LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E ATIVIDADE ECONÔMICA EXPLORADA**

A propriedade rural fiscalizada está localizada ao final da Rua Campo Grande, coordenadas geográficas da porteira S -9.786 W -66.356, Distrito de Extrema, Porto Velho/RO. A Rua Campo Grande é a mesma da Escola Treze de Maio e o seu acesso se dá pela Rodovia BR-364, nas coordenadas geográficas S-9.771 W-66.356.

No estabelecimento é desenvolvida a atividade de criação de gado leiteiro e de retirada de leite dos animais.





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**F) DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS. DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS E DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO**

No dia 26 de julho de 2016, equipe da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia – SRTE/RO, acompanhada de membros da Polícia Federal, dirigiu-se ao local acima especificado para averiguar denúncia registrada no Disque Direitos Humanos (DDH 100), do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, serviço vinculado à Secretaria de Direitos Humanos – Presidência da República, a qual a encaminhou à Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo – DETRAE, do Ministério do Trabalho (MTb), da qual emanou a solicitação para a realização da ação fiscal.

De acordo com a referida denúncia, colhida no dia 02/05/2016, um homem de nome não informado estava sendo explorado para o trabalho escravo por seus empregadores [REDACTED] há 10 (dez) anos e esse trabalhador exercia todo tipo de serviço, incluindo a ordenha das vacas, não recebendo salário. Houve relato de jornada exaustiva, pois afirmava-se que o trabalhador começava a laborar às 04h da manhã e que não tinha hora para terminar seus serviços. A denúncia também trazia indícios de degradância, pois mencionava que ao trabalhador não era fornecida alimentação suficiente para a satisfação de suas necessidades. Além disso, levava a crer que os empregadores restringiam o direito de locomoção do empregado, valendo-se inclusive de violência para não permitir que ele deixasse a propriedade e retornasse a sua cidade natal, Manhuaçu/MG.

Entretanto, essa não foi a realidade encontrada na propriedade rural no dia da inspeção.

Primeiramente, cumpre informar que o trabalhador ao qual a mencionada denúncia fez alusão, trata-se de [REDACTED]. De acordo com as informações obtidas junto ao obreiro e a [REDACTED] morava desde os 10 (dez) anos de idade com a família desse último, tendo sido trazido, em novembro de 2005, do estado de Minas Gerais para o estado de Rondônia, mais especificamente para a Chácara Boa Esperança, pelo pai de [REDACTED]. [REDACTED] conhecido na região como [REDACTED] assassinado em 18/05/2016.



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

No que tange à jornada de trabalho de [REDACTED] tanto ele como [REDACTED] confirmaram que começava às 04 horas da manhã. No entanto, eles disseram que a retirada de leite das vacas terminava entre 9 e 10 horas da manhã e que após o término dessa atividade o trabalho desenvolvido limitava-se ao trato dos animais, de modo que o obreiro passava boa parte do dia sem exercer atividades laborais. Dessa forma, não ficou caracterizada a realização de jornada exaustiva por parte dele.

Questionado acerca da alimentação fornecida, o trabalhador disse que era suficiente para ele e que, quando faltava alguma coisa, ele comunicava [REDACTED], que fornecia o gênero alimentício faltante. Registre-se que, no dia da visita à propriedade, havia mantimentos estocados, como arroz, feijão e macarrão, além de carne guardada em um refrigerador.

Quanto às condições de conforto e higiene, verificou-se que, com o falecimento do pai de [REDACTED] e com a mudança dele e de sua família para a área urbana do Distrito de Extrema, o trabalhador passou a ocupar o quarto principal da casa que havia na propriedade. Nesse quarto havia cama, armário e eletrodomésticos como televisão e ventilador. O obreiro também utilizava o banheiro existente nessa casa, o qual possuía água encanada e estava limpo. A água utilizada por ele para beber, tomar banho e preparar alimentos era proveniente de poço artesiano e aparentava ser própria para o consumo humano.



Figura 01: quarto onde dormia o trabalhador.





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

A partir da análise das condições de alimentação, conforto e higiene verificadas na data da inspeção, concluiu-se que [REDACTED] não estava sendo submetido a condições degradantes de trabalho.

No que se refere à restrição de locomoção, constatou-se inicialmente que os documentos pessoais do trabalhador, tais como sua Carteira de Identidade e o seu CPF estavam na posse de [REDACTED]. Questionado sobre a razão para que o empregador mantivesse seus documentos consigo, o obreiro não soube explicar, mas disse que não foi obrigado a entregá-los ao patrão. Indagado sobre esse fato, [REDACTED] disse que guardava os documentos do trabalhador para evitar que ele os perdesse, pois era comum isso acontecer quando [REDACTED] os tinha em mãos, informação essa confirmada posteriormente pelo obreiro.

De toda forma, a equipe de fiscalização determinou que [REDACTED] devolvesse tais documentos pessoais ao trabalhador e que o orientasse a guardá-los em segurança, o que foi prontamente atendido por ele.

Em relação à vontade do obreiro de voltar a morar em Manhuaçu/MG, [REDACTED] disse que essa também era a sua vontade e a de seu pai quando vivo. De acordo com as informações dadas por [REDACTED], a intenção de [REDACTED] antes de falecer era vender a propriedade assim que encontrasse um comprador que pagasse um preço que ele considerava justo e, após vendê-la, retornar para Minas Gerais, levando [REDACTED]. Entretanto, afirmou que nem ele nem seu pai jamais proibiram o trabalhador de voltar a Minas e que a razão pela qual o obreiro ainda não havia feito essa viagem de volta, era o fato de que ele não gostaria de ir sozinho. [REDACTED] disse ainda que, após o assassinato do pai, sua intenção era retornar o mais rápido possível a Minas, quando finalmente poderia levar [REDACTED].

Com efeito, a equipe de fiscalização, sem a presença de [REDACTED] indagou ao obreiro se ele viajaria sozinho para Manhuaçu/MG, caso [REDACTED] comprasse a passagem para ele. [REDACTED] então disse que não iria sem a companhia de alguém e que preferia viajar com o próprio [REDACTED].

Em razão dessas informações obtidas pela fiscalização, principalmente a partir do que foi dito pelo trabalhador, não se vislumbrou a existência de efetiva restrição ao direito de locomoção do obreiro, uma vez que ele se recusava a ir embora da propriedade, mesmo se os custos do deslocamento para sua cidade natal fossem arcados por [REDACTED].



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Importante esclarecer que [REDACTED] negou a existência de relação de emprego entre ele ou seu pai e [REDACTED] alegando que o trabalhador fazia parte da sua família e que era considerado como se fosse um irmão de criação, motivo pelo qual ele não deixava que nada lhe faltasse. Alegou que não pagava um salário regular a [REDACTED] tendo em vista que o trabalhador não tinha capacidade absoluta para gerir qualquer tipo de renda.

Realmente, o obreiro relatou que sempre trabalhou na propriedade rural fiscalizada, desde a sua chegada, sem nunca ter parado e que não recebia qualquer tipo de pagamento pelo seu labor, exceto morada e alimentação, que poderiam ser consideradas como salário-utilidade, de acordo com o previsto pelo art. 9º, alíneas "a" e "b" da Lei 5.889/73; além de roupas, botinas, alguns utensílios – como um rádio e um relógio – e pequenas montas, em torno de R\$5,00 (cinco Reais) e R\$ 10,00 (dez Reais), pagas esporadicamente, caracterizando os adiantamentos em dinheiro estabelecidos pelo artigo 9º, "c", da Lei 5.889/73.

Entretanto, a equipe de fiscalização entendeu que a alegação de que não havia relação empregatícia entre [REDACTED] e [REDACTED] não deveria prosperar. Primeiramente, porque restou comprovado que o trabalhador não gozava de todas as prerrogativas como se fosse um verdadeiro integrante do núcleo familiar, já que antes do falecimento de [REDACTED], ele sequer dormia no mesmo local que [REDACTED] uma vez que, enquanto estes dormiam na casa principal da propriedade, ele dormia em um quarto anexo à casa. Além disso, outros fatores contribuíram para a conclusão de que não era dispensado ao obreiro um tratamento como se membro da família fosse, pois, por exemplo, ele não havia sido sequer alfabetizado, embora [REDACTED] soubesse ler e escrever. Caso o trabalhador [REDACTED] fosse de fato considerado membro da família, o mais coerente seria ter recebido tratamento igual ao dos seus supostos irmãos, ao contrário do que ocorreu, já que não lhe foi proporcionado sequer o acesso ao direito básico à educação, ao mesmo tempo em que seu pretenso irmão era alfabetizado.

A par dessa comprovação, verificou-se que quem coordenava e dirigia o trabalho do obreiro [REDACTED] eram [REDACTED] e [REDACTED], após o falecimento de [REDACTED] apenas [REDACTED], uma vez que davam ordens e determinavam quais atividades deveriam ser realizadas pelo trabalhador. Essa informação foi confirmada por [REDACTED] o qual, com o óbito do pai, passou a ser o responsável pela tomada de decisões relativas ao gerenciamento do sítio. Prova disso é que, em virtude da forma trágica como ocorreu a morte de [REDACTED] não mais quis residir na propriedade rural e decidiu



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

repassar a responsabilidade pela ordenha das vacas a um vizinho, conhecido como [REDACTED] (a fiscalização do trabalho não conseguiu conversar com [REDACTED] e, por conseguinte, identificá-lo), sendo que em nenhum momento o trabalhador [REDACTED] foi consultado ou opinou sobre tal decisão. O trato entre [REDACTED] e [REDACTED] que o primeiro coordenaria a ordenha das vacas, contando com o auxílio e o trabalho do obreiro [REDACTED] venderia o leite e repassaria a metade do valor arrecadado a [REDACTED] de modo que [REDACTED] permaneceria sem receber qualquer valor em dinheiro pelo trabalho prestado. Dessa forma, ficou configurado que [REDACTED] atuava como uma espécie de preposto de [REDACTED] visto que ordenhava as vacas deste, vendia a produção obtida e dividia com ele os valores auferidos.

A partir do conjunto de informações trazidas acima, é possível concluir que estavam presentes todos os elementos fático-jurídicos para a configuração de uma relação de emprego entre o trabalhador e [REDACTED]. Em suma, desde novembro de 2005, [REDACTED] vinha prestando seus serviços diariamente no sítio, ordenhando as vacas de segunda-feira a domingo (não-eventualidade), sem ser substituído por outra pessoa no trabalho (pessoalidade), recebendo ordens diretas de [REDACTED] e de [REDACTED] (subordinação clássica), ou então de preposto [REDACTED] e mediante contraprestação de salário-utilidade (onerosidade). Sobre esse último requisito, importante frisar que, embora o trabalhador nunca tenha recebido salários em dinheiro, as utilidades fornecidas pelo empregador como moradia, alimentação e pequenos adiantamentos também fazem as vezes de salário, mesmo considerando que os valores correspondentes a elas sempre ficavam aquém do mínimo legal.

Não havendo dúvidas acerca da existência de relação empregatícia não formalizada entre as partes e também de que o trabalhador não possuía Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), foram lavrados autos de infração pelo descumprimento das obrigações previstas, respectivamente, nos artigos 41, *caput*, e 13, *caput*, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Consequentemente, também foi emitida e entregue ao empregador, a Notificação para Cumprimento de Registro de Empregados (NCRE), mediante a qual ficou estabelecido o prazo com vencimento em 31/08/2016 para que o registro do trabalhador fosse declarado ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho.

Registre-se que, como não houve tal declaração no prazo estipulado, também foi lavrado o auto de infração com fundamento na inobservância ao disposto no art. 24 da Lei nº 7.998/1990, combinado com o art. 6º, inciso II da Portaria nº 1.129/2014, do Ministério do Trabalho.





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE RONDÔNIA  
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Insta justificar que não foi realizada a rescisão indireta do contrato de trabalho porque não restou configurado o trabalho em condições análogas às de escravo. Todavia, com o intuito de esclarecer as partes e de municiar o trabalhador ao ingresso de eventual ação na Justiça do Trabalho, a equipe de fiscalização realizou os cálculos dos valores devidos por [REDACTED]

[REDACTED] pelo trabalho prestado entre o mês de novembro de 2005 e julho de 2016, apresentando-os a eles. Nesses cálculos foram considerados os valores dos salários-mínimos vigentes à época, descontados os montantes a título de moradia e alimentação, nos percentuais máximos admitidos na Lei 5.889/1973.

Por fim, pelo fato de o empregador não ter efetuado os recolhimentos mensais devidos ao trabalhador junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a equipe de fiscalização lavrou o auto de infração pelo descumprimento da obrigação disciplinada pelo art. 23, §1º, inc. I, da Lei 8.023/1990. Além disso, foi emitida uma Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social (NDFC), mediante a qual houve a individualização e a discriminação do débito por competência trabalhada pelo obreiro.

### G) CONCLUSÃO

É o que tínhamos a reportar neste relatório. Encaminhamos à superior análise, com nossos protestos de estima e consideração, permanecendo à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

**Reiteramos não terem sido encontrados trabalhadores em condições análogas às de escravo no curso da fiscalização ora relatada.**

Sugere-se o encaminhamento do presente relatório à Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo – DETRAE.

Porto Velho/RO, 31 de outubro de 2016.

[REDACTED]

[REDACTED]